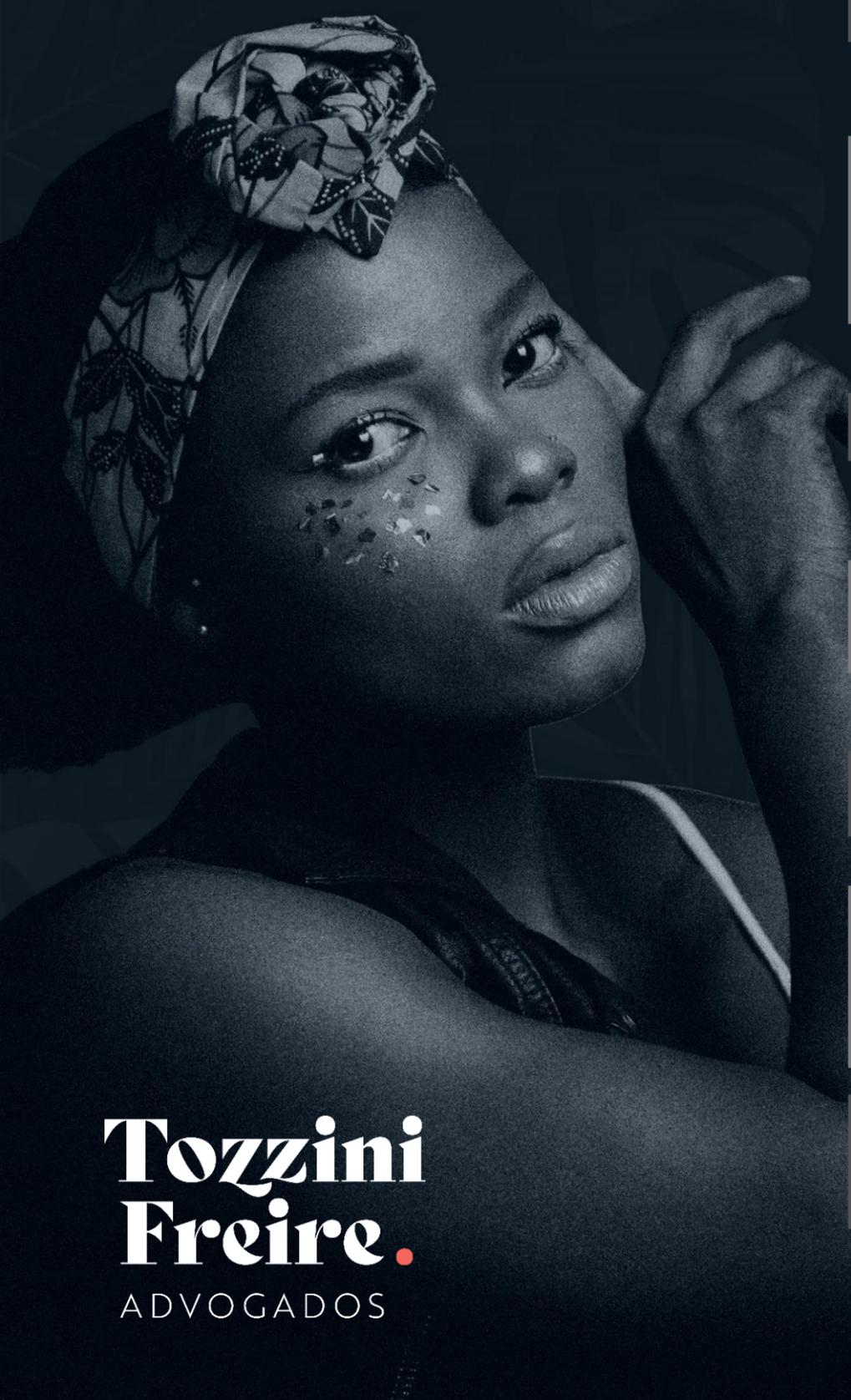


A história dos direitos dos

negros no Brasil



É editada a Lei Euzébio de Queiroz. Ela põe fim ao tráfico de escravos. Nesse mesmo ano, é editada a Lei da Terra. A partir dessa lei era proibido ocupar terras no Brasil. Para possuir terra era necessário comprá-la do governo.

É editada a Lei do Ventre Livre. Com ela, os filhos de escravos seriam libertos depois de completarem a maioridade.

O governo proíbe o açoite dos castigos aos escravos.

No Rio, é aprovada a Lei Afonso Arinos, que condena como contravenção penal a discriminação de raça, cor e religião.

Criada a Lei do Racismo.

Criado o movimento Black Lives Matter (#blacklivesmatter).

Criado o Estatuto da Igualdade Racial.

O Supremo Tribunal Federal decide ser constitucional o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

Promulgada a Convenção Interamericana contra o Racismo pelo Governo Brasileiro.

1850

1850

1854

Decreto proíbe os negros de aprenderem a ler e escrever.

1871

1885

É editada a Lei do Sexagenário. A Lei Saraiva-Cotegipe liberta os escravos com mais de 65 anos de idade. Segundo dados, a vida útil de um escravo era 15 anos, em média.

1886

1888

Promulgada a Lei Áurea. Ela extingue a escravidão no Brasil. O país é o último do Ocidente a abolir a escravidão.

1950

1969

Promulgada a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.

1989

2003

Instituído o primeiro Dia da Consciência Negra no Brasil.

2003

2004

Revogado, na Lei de Contravenções Penais, o delito de vadiagem (considerado um dos mais racistas em nosso ordenamento).

2010

2012

Criada a Lei de Cotas para ingresso em universidades públicas.

2019

2020

O Tribunal Superior Eleitoral decide que os partidos políticos, a partir de 2022, deverão criar cotas para fundo eleitoral.

2021

2021

O Supremo Tribunal Federal decide que injúria racial é crime imprescritível e pode ser equiparado ao crime de racismo.

2021